



401
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200472-0

APELANTE: DETRAN – Departamento de Trânsito do Estado de Pernambuco

APELADOS: Sandra Maria Bezerra de Mendonça e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. NEGATIVA DE LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS. MULTAS POR INFRAÇÕES DE TRÂNSITO. REEXAME NECESSÁRIO PROVIDO. 1. Trata-se de reexame necessário e apelação cível interposta pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN em face da sentença prolatada no *writ* impetrado por Sandra Maria Bezerra de Mendonça, Antônio Ramos da Silva e Marcelo José Gomes da Silva, tendo em vista ato do Diretor Geral do DETRAN, consistente no condicionamento da emissão dos licenciamentos do ano 2002 de veículos de propriedade dos impetrantes, ao pagamento de multas por infrações de trânsito. 2. No panorama dos autos, exsurge evidente que o decreto anulatório das multas e a determinação de abstenção da respectiva exigibilidade exorbitou do pedido formulado pelos impetrantes, configurando decisão *ultra petita*, em ofensa ao art. 460 do CPC. 3. A solução que se impõe, em hipóteses que tais, diversamente do que ocorre em caso de decisões *extra petita* – que concedem providência diversa da pretensão formulada –, consiste na redução do comando sentencial aos limites do pedido. 4. Na sequência, anota-se que não há, na exordial, a indicação das multas que, segundo alegam os impetrantes, estariam sendo discutidas na via administrativa. 5. Assim, partindo de uma interpretação lógico-sistemática da petição inicial, para considerá-la integrada pelos documentos que a instruíram, extrai-se que as multas que estariam se apresentando como óbice à expedição dos CRLV dos veículos de propriedade dos impetrantes seriam aquelas cujas impugnações administrativas os impetrantes comprovaram nos autos. 6. O cotejo entre os documentos que instruíram a petição inicial e os documentos acostados pela autoridade impetrada revelam: (i) que a impetrante Sandra Maria Bezerra de Mendonça não comprovou ser a proprietária do veículo cujo licenciamento pretende obter (placa KFE 3755); (ii) que não cuidaram os impetrantes proprietários dos veículos de placas KFE 5943 e KIA 4472 de comprovar que o óbice à renovação do licenciamento dos seus veículos derive da existência das multas que foram objeto de impugnações administrativas. 7. Outrossim, a circunstância de que incidem outras multas sobre os veículos de placas KFE 5943 e KIA 4472 – relacionadas com infrações que não foram objeto das impugnações administrativas que os impetrantes comprovaram nos autos – pode significar que o condicionamento do licenciamento delas decorra. 8. Entretanto, tendo em vista que tais multas não foram mencionadas na exordial e não se relacionam com as infrações cujas impugnações administrativas os impetrantes acostaram à inicial, não cabe, no âmbito dessa impetração, a análise da regularidade, ou não, das notificações que lhes são correlatas. 9. Dessa forma, no contexto dos autos, não há como se concluir que o ato atacado pelo padeça de ilegalidade. 10. Reexame necessário provido, à unanimidade, em ordem a reformar a sentença *a quo*, denegando-se a segurança.

402
80

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0200472-0, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em dar provimento ao reexame necessário (prejudicado o apelo voluntário), nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 03 de jul de 2014 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200472-0

APELANTE: DETRAN – Departamento de Trânsito do Estado de Pernambuco

APELADOS: Sandra Maria Bezerra de Mendonça e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO

Trata-se de **reexame necessário e apelação cível** interposta pelo **Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN** em face da sentença prolatada no *writ* impetrado por **Sandra Maria Bezerra de Mendonça, Antônio Ramos da Silva e Marcelo José Gomes da Silva**, tendo em vista ato do Diretor Geral do DETRAN que condicionou o licenciamento do ano de 2002 de veículos de propriedade dos impetrantes (placas KFE 3755; KFE 5943; e KIA 4472), ao pagamento de multas sobre eles incidentes.

A sentença apelada concedeu a segurança aos impetrantes Antônio Ramos da Silva e Marcelo José Gomes da Silva, e denegou a segurança à impetrante Sandra Maria Bezerra de Mendonça.

Inconformado, o DETRAN apelou postulando pela reforma da sentença na parte em que julgou procedente o pedido, para anular as multas incidentes sobre os veículos de placas KFE 5943 e KIA 4472.

Sem contra-razões (cf. certidão à fl. 380).

O *Parquet* em 2º grau não exarou manifestação sobre o mérito da controvérsia, por não vislumbrar interesse público que ensejasse a sua atuação no feito.

É o relatório.

Tendo em conta tratar-se de reexame e apelação em sede de **mandado de segurança**, no qual se dispensa a revisão, determino a inclusão do feito em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 09 de junho de 2014.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



403
6

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0200472-0

APELANTE: DETRAN – Departamento de Trânsito do Estado de Pernambuco

APELADOS: Sandra Maria Bezerra de Mendonça e Outros

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

VOTO

Trata-se de reexame necessário e apelação cível interposta pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN em face da sentença prolatada no *writ* impetrado por Sandra Maria Bezerra de Mendonça, Antônio Ramos da Silva e Marcelo José Gomes da Silva, tendo em vista ato do Diretor Geral do DETRAN.

Os impetrantes alegaram, na peça inaugural, que “o *Impetrado se abstém de proceder com a emissão dos licenciamentos do ano 2002* [de veículos de propriedade dos impetrantes (placas KFE 3755; KFE 5943; e KIA 4472)], pois exige para isso o pagamento das multas de trânsito, mesmo estando elas sendo discutidas na via administrativa”.

Em vista disso, requereram provimento liminar que determinasse a suspensão do ato administrativo combatido pela impetração, com a determinação de que “sejam renovados os licenciamentos (CRLV ano 2002) dos veículos placas KFE 3755, KFE 5943 e KIA 4472 dos impetrantes, independentemente do recolhimento das penalidades que sequer foram aplicadas, com pendência de defesa administrativa”, e a subsequente concessão da segurança confirmando a liminar, e, bem assim, “a liberação dos veículos dos impetrantes Antonio Ramos da Silva (placa 5943) e Marcelo José Gomes da Silva (placa KIA 4472), sem a exigência do pagamento das multas que estão sendo julgadas pela via administrativa”.

A sentença apelada concedeu a segurança aos impetrantes Antônio Ramos da Silva e Marcelo José Gomes da Silva, declarando a nulidade de 78 (setenta e oito) multas incidentes sobre o veículo de placa KFE 5943 (de propriedade de Antônio Ramos da Silva) e de 35 (trinta e cinco) multas incidentes sobre o veículo de placa KIA 4472 (de propriedade de Marcelo José Gomes da Silva).

No ponto, o dispositivo sentencial foi assim exarado:

“...declaro a nulidade da(s) multa(s) de trânsito abaixo identificada(s), bem como todas as restrições de direito dela(as) decorrentes, e determino à autoridade impetrada que se abstenha de exigir do(s) impetrante(s) a(s) referida(s) multas, bem como de exigir do(s) mesmo(s) qualquer medida restritiva de direito dela(s) decorrente.”

A par disso, extinguiu o processo sem resolução do mérito em relação às “multas por autuações lavradas pelo DER/PE, DPRF (DEPARTAMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL) e pela EMTT de Jaboatão dos Guararapes-PE”, por impossibilidade jurídica do pedido.

E, em relação à impetrante Sandra Maria Bezerra de Mendonça, denegou a segurança, por não vislumbrar o magistrado *a quo* a liquidez e certeza do direito



404
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

pleiteado, uma vez que a placa indicada na inicial como sendo de veículo de propriedade da autora era diferente da placa constante do documento de propriedade em nome de tal impetrante, acostado aos autos.

Anotou, ainda, o julgador de primeiro grau, que *"não foi possível verificar quais multas pretende, essa mesma impetrante, ver anuladas, pois a inicial não as identifica"*.

Inconformado, o DETRAN apelou postulando pela reforma da sentença na parte em que julgou procedente o pedido, para anular as multas incidentes sobre os veículos de placas KFE 5943 e KIA 4472.

Pois bem.

De logo, observo que a sentença apelada julgou além do pedido deduzido na inicial.

Isso porque a impetração perseguia determinação de renovação dos licenciamentos dos veículos placas KFE 3755, KFE 5943 e KIA 4472, de propriedade dos impetrantes, para que fossem expedidos os respectivos CRLV do ano de 2002.

A sentença apelada, no entanto, declarou a nulidade das multas de trânsito incidentes sobre os veículos de placas KFE 5943 e KIA 4472, bem como de todas as restrições de direito delas decorrentes, determinando ainda à autoridade impetrada que se abstivesse de exigir dos impetrantes Antônio Ramos da Silva e Marcelo José Gomes da Silva as referidas multas, bem como de exercer qualquer medida restritiva de direito dela decorrente.

Nesse panorama, exsurge evidente que o decreto anulatório das multas e a determinação de abstenção da respectiva exigibilidade exorbitou do pedido formulado pelos impetrantes, configurando decisão *ultra petita*, em ofensa ao art. 460 do CPC.

A solução que se impõe, em hipóteses que tais, diversamente do que ocorre em caso de decisões *extra petita* – que concedem providência diversa da pretensão formulada –, consiste na redução do comando sentencial aos limites do pedido.

Assim já se posicionou o STJ:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO *ULTRA PETITA*. REDUÇÃO AOS LIMITES DO PEDIDO. POSSIBILIDADE.

A sentença *extra petita* é nula, não ocorrendo o mesmo com a sentença *ultra petita*, isto é, a que decide além do pedido. Esta, ao invés de ser anulada **deverá ser reduzida aos limites do pedido.**

Nego provimento ao agravo regimental.

(AgRg nos EDcl no Ag 885.455/SP, Rel. Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), TERCEIRA TURMA, julgado em 23/06/2009, DJe 04/08/2009)

405
e

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Nessa perspectiva, e feito o decote devido, a sentença apelada subsiste no que respeita (i) à determinação para a autoridade coatora se abster de exigir dos impetrantes Antônio Ramos da Silva e Marcelo José Gomes da Silva qualquer medida restritiva de direito, com fundamento na existência de multas incidentes sobre os veículos de sua propriedade; (ii) ao decreto extintivo do processo sem resolução do mérito em relação às "*multas por autuações lavradas pelo DER/PE, DPRF (DEPARTAMENTO DA POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL) e pela EMTT de Jaboatão dos Guararapes-PE*", por impossibilidade jurídica do pedido; e (iii) à denegação da segurança à impetrante Sandra Maria Bezerra de Mendonça.

Prossigo, pois, com a análise dos decretos sentenciais subsistentes.

A controvérsia dos autos diz respeito à regularidade do ato administrativo que condicionou o licenciamento de veículo dos impetrantes apelados ao pagamento de multa aplicada em virtude de infração de trânsito.

A respeito do tema, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula nº 127, nos seguintes termos:

É ilegal condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado.

Tem-se, pois, que é possível o condicionamento do licenciamento de veículo ao pagamento de multas vencidas, desde que devidamente notificado o infrator.

Na hipótese dos autos, a petição inicial indicou a placa dos veículos (KFE 3755; KFE 5943; e KIA 4472), de propriedade dos impetrantes, cujos CRLV do ano de 2002 somente seriam expedidos mediante do pagamento de multas de trânsito.

Não há, na exordial, a indicação das multas que, segundo alegam os impetrantes, estariam sendo discutidas na via administrativa.

Os documentos acostados foram os protocolos de impugnação administrativa de autos de infração.

Nesse cenário, e partindo de uma interpretação lógico-sistemática da petição inicial, para considerá-la integrada pelos documentos que a instruíram, extrai-se que as multas que estariam se apresentando como óbice à expedição dos CRLV dos veículos de propriedade dos impetrantes seriam aquelas cujas impugnações administrativas os impetrantes comprovaram nos autos.

Nessa ordem de idéias, o cotejo entre os documentos que instruíram a petição inicial e os documentos acostados aos autos pela autoridade impetrada, com as informações, revelam as seguintes situações:

- i) a impetrante Sandra Maria Bezerra de Mendonça comprovou a propriedade do veículo de placa KMC 7265 e acostou aos autos diversos protocolos de impugnações administrativas relativas a tal veículo e ao veículo de placa MYT 2519; entretanto, a petição inicial indica o veículo



406
2

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

de placa KFE 3755 como sendo o de sua propriedade, cujo licenciamento estaria sendo obstado, e em relação a este, 2 (duas) impugnações administrativas foram juntadas aos autos;

- ii) o veículo de placa KFE 3755, de acordo com os documentos acostados às informações da autoridade impetrada, não pertence à impetrante Sandra, mas à Big Walley Ltda, com data de aquisição 18/06/1997 (fl. 170);
- iii) às impugnações administrativas relativas ao veículo de placa KFE 5943, de propriedade do impetrante Antônio Ramos da Silva (fls. 123/143), que abarcam diversos autos de infração – em média 15 (quinze) por impugnação – foi concedido efeito suspensivo pelo DETRAN (cf. fl. 163);
- iv) existem ainda diversas multas incidentes sobre o veículo de placa KFE 5943, algumas das quais com efeito suspensivo (fls. 157/162);
- v) em relação ao veículo de placa KIA 4472, de propriedade do impetrante Marcelo José Gomes da Silva, verifica-se que foi deferido efeito suspensivo ao protocolo de uma das 3 (três) impugnações administrativas comprovadas nos autos (fl. 172); e as outras 2 (duas) defesas administrativas se relacionam com autos de infração que não constam dos registros do DETRAN, elencados no documento de fl. 171;
- vi) existem ainda outras multas incidentes sobre o veículo de placa KIA 4472, algumas das quais com efeito suspensivo (fls. 171).

Nesse panorama, é de se concluir, primeiramente, que a impetrante Sandra Maria Bezerra de Mendonça não comprovou ser a proprietária do veículo cujo licenciamento pretende obter com a impetração (placa KFE 3755).

Tem-se, por outro lado, que não cuidaram os impetrantes proprietários dos veículos de placas KFE 5943 e KIA 4472 de comprovar que o óbice à renovação do licenciamento dos seus veículos derive da existência das multas que foram objeto de impugnações administrativas.

E os documentos trazidos pela autoridade impetrada aos autos, em sentido contrário, indicam que as multas relacionadas a tais impugnações administrativas estariam albergadas por efeito suspensivo (cf. item 'iii' supra), sendo certo, por outro lado, que algumas infrações objeto de defesa administrativa sequer constam dos registros do DETRAN (cf. item 'v' supra).

Outrossim, a circunstância de que incidem outras multas sobre os veículos de placas KFE 5943 e KIA 4472 – relacionadas com infrações que não foram objeto das impugnações administrativas que os impetrantes comprovaram nos autos – pode significar que o condicionamento do licenciamento delas decorra.



407
2

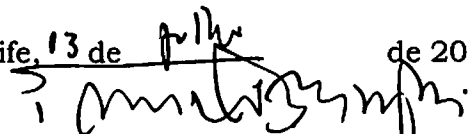
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Entretanto, tendo em vista que tais multas não foram mencionadas na exordial e não se relacionam com as infrações cujas impugnações administrativas os impetrantes acostaram à inicial, não cabe, no âmbito dessa impetração, a análise da regularidade, ou não, das notificações que lhes são correlatas.

No contexto dos autos, não há como se concluir que o ato atacado pelo *mandamus* se revista de qualquer ilegalidade.

Ante o exposto, **dou provimento** ao **reexame necessário** (prejudicado o apelo voluntário), em ordem a reformar a sentença *a quo*, denegando a segurança perseguida pela impetração.

Sem honorários, nos termos da Súmula 512 do STF.

Recife, 13 de Julho de 2014.

Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator